



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10880.041502/95-75
Recurso nº. : 14.530
Matéria : IRPF - 1995
Recorrente : THOMAS SALLY PAUL LEWIN
Recorrida : DRJ em SÃO PAULO - SP
Sessão de : 04 de junho de 1998
Acórdão nº. : 104-16.381

LIVRO CAIXA - DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO E COMBUSTÍVEL - São dedutíveis as despesas com alimentação e combustível realizadas por representante comercial autônomo devidamente registradas em livro caixa.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por
THOMAS SALLY PAUL LEWIN

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento a recurso, nos termos do voto e relatório que passam a integrar o presente julgado.

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
PRESIDENTE

JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA
RELATOR

FORMALIZADO EM: 10 JUL 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, ELIZABETO CARREIRO VARÃO, e REMIS ALMEIDA ESTOL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10880.041502/95-75
Acórdão nº. : 104-16.381
Recurso nº. : 14.530
Recorrente : THOMAS SALLY PAUL LEWIN

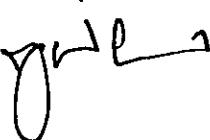
RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário contra decisão de primeiro grau que manteve parcialmente o lançamento do IRPF exercício 1994, ano-calendário 1993 em decorrência da glosa de despesas registradas em livro caixa e do imposto retido na fonte.

Às fls. 01, o sujeito passivo apresenta impugnação à notificação de lançamento emitida por processo eletrônico, sustentando exercer a atividade de representante comercial autônomo, registrando em livro caixa as despesas inerentes à função. Também sustenta que os valores desconsiderados a título de IRRF encontram-se anexados à declaração de ajuste anual.

Na decisão de fls. 30/32, a DRJ em São Paulo/SP mantém parcialmente a exigência para: (a) excluir a parcela relativa ao IRRF, vez que comprovado nos autos e (b) reduzir a multa de ofício para 75% (setenta e cinco por cento), conforme previsto no art. 44, da lei n. 9.430/96. A decisão de primeira instância manteve o lançamento decorrente da glosa das deduções de despesas com alimentação e combustíveis apuradas em livro caixa vez que não asseguram sua vinculação explícita com a função exercida pelo contribuinte.

Inconformado com a decisão monocrática, o sujeito passivo apresenta recurso voluntário a este Colegiado no qual enfatiza a vinculação das despesas com a atividade por ele exercida (fls. 34/35).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10880.041502/95-75
Acórdão nº. : 104-16.381

A Procuradoria da Fazenda Nacional apresenta as contra-razões de fls. 39, requerendo a manutenção da decisão singular.

Processado regularmente em primeira instância, subiram os autos a este Conselho para apreciação do recurso voluntário.

É o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Mário Henrique de Almeida".



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10880.041502/95-75
Acórdão nº. : 104-16.381

V O T O

Conselheiro JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA, Relator

Conheço do recurso, vez que é tempestivo e com o atendimento de seus pressupostos de admissibilidade.

De antemão é necessário ressaltar que a notificação de lançamento não atende na integralidade os requisitos previsto no art. 11 do Decreto n. 70.235. Contudo, o art. 59, par. 3º, do referido decreto, acrescentado pela Lei n. 8.748/93 autoriza o não acatamento da nulidade quando o exame de mérito permitir decidir a causa favoravelmente ao sujeito passivo.

É o caso dos autos.

O julgador de primeira instância agiu com acerto ao acolher a comprovação dos recolhimentos do IRRF no curso do ano-calendário. também é irrepreensível a decisão monocrática naquilo que reduz a multa de ofício para 75% (setenta e cinco por cento), dando cumprimento, inclusive, ao Ato Declaratório (Normativo) da COSIT n. 01/97, caso persistisse o lançamento.

Contudo, ainda assiste razão ao recorrente no que diz respeito à dedutibilidade das despesas apuradas em livro caixa. Inicialmente, cabe dizer que não há qualquer discussão em torno da idoneidade dos lançamentos no livro.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "JL" followed by a surname.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10880.041502/95-75
Acórdão nº. : 104-16.381

Do exame das fls. 12 a 21 dos autos constata-se que as despesas registradas no livro caixa dizem respeito à alimentação do recorrente, combustível e manutenção/conservação de seu veículo.

Evidentemente que toda a estrutura do imposto de renda é construída sobre a possibilidade de dedução das despesas necessárias, afastando-se gastos decorrentes de mera liberalidade do sujeito passivo. No caso dos autos, tratando-se de pessoa física cuja atividade é a representação comercial autônoma, nada mais correto do que considerar as despesas com veículo e a própria alimentação a trabalho como necessárias, imprescindíveis até, ao exercício regular da atividade.

As despesas registradas em livro caixa, cuja existência e autenticidade não foram questionadas pela autoridade fiscal, devem ser consideradas como deduções na base de cálculo do imposto, vez que úteis, necessárias e vinculada explicitamente à atividade exercida pelo contribuinte, ora recorrente.

Face ao exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, para o fim de também considerar a dedutibilidade das despesas realizadas em livro caixa, tornando insubsistente o lançamento efetuado pela notificação de fls. 03.

Sala das Sessões - DF, em 04 de junho de 1998

A handwritten signature in black ink, appearing to read "JOAO LUÍS DE SOUZA PEREIRA".
JOAO LUÍS DE SOUZA PEREIRA